

8.3.2.4) Área Diretamente Afetada - ADA

A Área Diretamente Afetada (ADA) pela Linha 18 – Bronze compreende as áreas passíveis de sofrerem alguma intervenção paisagística e/ou estrutural pelas ações geradas na implantação e operação deste empreendimento. Consiste, então, basicamente no espaço a ser ocupado pelos canteiros de obras (fase de instalação) e pelas principais estruturas operacionais (estações e pátios, entre outras) da Linha 18 – Bronze.

O levantamento *in situ* da avifauna na ADA foi realizado pela amostragem das áreas (o mais próximo possível) do traçado projetado da Linha 18 - Bronze. Foram utilizados métodos de registro direto e indireto, como detalhado no item *Metodologia*. Um maior esforço de amostragem foi aplicado nas áreas previstas para a implantação das estações da Linha 18-Bronze e nas áreas verdes encontradas ao longo do trajeto ou em seu entorno imediato, como em praças e em canteiros centrais ou marginais às vias.

Para facilitar a descrição dos ambientes percorridos e o tratamento das informações levantadas, o trajeto percorrido foi subdividido em “trechos”. No Quadro 8.3.2.4-1 são apresentadas as coordenadas de localização referencial de cada um dos trechos e na Figura 8.3.2.4-1 são apresentadas as fotos das áreas amostradas. Os trechos de amostragem de avifauna também estão indicados no “*Mapa de áreas verdes urbanas da AII e AID*” (MB-ABC-01), já apresentado anteriormente.

Quadro 8.3.2.4-1
Trechos amostrados no levantamento de avifauna na ADA

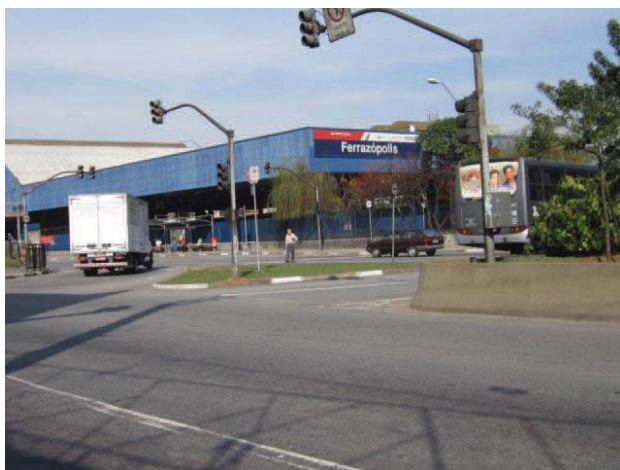
Trecho	Coordenadas (UTM)
A. “Estrada dos Alvarengas – Paço Municipal de São Bernardo do Campo”	Início: 23K 0339466/7374992
	Final: 23K 0341972/7375741
	Início: 23K 0341972/7375741
	Final: 23K 0341927/7378699
B. “Av. Lauro Gomes e Av. Guido Aliberti”	Início: 23K 0341847/7379817
	Final: 23K 0339294/7383783
C. “Instituto Mauá – Estação Tamanduateí”	Início: 23K 0339294/7383783
	Final: 23K 0337772/7389793



A – Canteiro central na Av. Café Filho



B – Córrego na Av. Café Filho



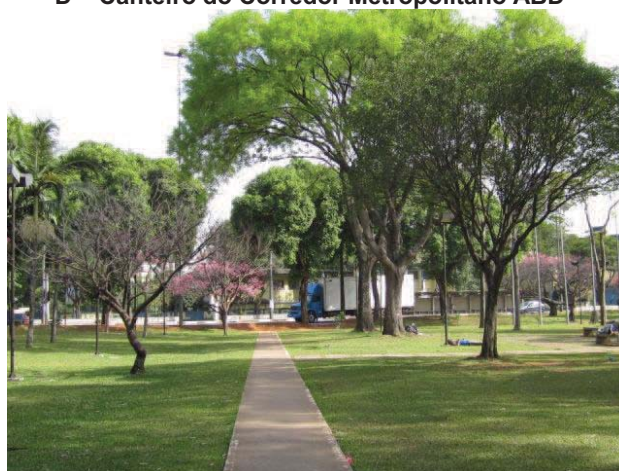
C – Terminal Metropolitano Ferrazópolis



D – Canteiro do Corredor Metropolitano ABD



E – Paço Municipal de São Bernardo do Campo



F – Arborização do Paço Municipal de São Bernardo do Campo



G – Ribeirão dos Meninos (trecho paralelo à Av. Bom Pastor)



H – Ribeirão dos Meninos e Rua Simões Dias (paralela à Av. Lauro Gomes)



I – Praça dos Andarilhos, em frente ao Instituto Mauá de Tecnologia



J – Av. Guido Aliberti



K – Av. Guido Aliberti



L – Área próxima à estação Tamanduateí (Metrô e CPTM) – vista de trecho elevado da linha verde do Metrô

Fotos de A até F correspondem ao Trecho A, no município de São Bernardo do Campo; Fotos G e H correspondem ao Trecho B, na divisa entre os municípios de São Bernardo do campo e Santo André; Fotos de I até L referem-se ao Trecho C, entre os municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e São Paulo.

Figura 8.3.2.4-1 – Áreas onde foram feitos levantamentos *in situ* de avifauna para a ADA da Linha 18-Bronze:

O “Trecho A” - “*Estrada dos Alvarengas – Paço Municipal de São Bernardo do Campo*” compreende a parte mais ao sul da Linha 18-Bronze e inclui basicamente a área de manobras, na Estrada dos Alvarengas, as avenidas Café Filho e Brigadeiro Faria Lima, e as áreas do Terminal Metropolitano Ferrazópolis, Terminal Metropolitano São Bernardo e o Paço Municipal de São Bernardo do Campo. Todo o trecho está localizado no município de São Bernardo do Campo (Figura 8.3.2.4-1 – A a F)

O levantamento no “Trecho B” - “*Av. Lauro Gomes e Av. Guido Aliberti*” percorreu as avenidas Lauro Gomes e/ou Guido Aliberti, que correm paralelas entre si, marginais ao ribeirão dos Meninos. Foi considerado, para fins de tratamento dos dados, o início do trecho a uma quadra da avenida Pereira Barreto e o seu final próximo à Instituição Mauá de Tecnologia (desconsiderando esta). Estão incluídas neste trecho as áreas do piscinão Ribeirão dos Meninos e da futura estação Fundação Santo André, além de outras áreas de futuras estações. Localiza-se entre os municípios de São Bernardo do Campo e Santo André (Figura 8.3.2.4-1 – G e H).

O “Trecho C” - “Instituto Mauá – Estação Tamanduateí” compreende principalmente a avenida Guido Aliberti a partir do trecho anterior, tendo como ponto inicial a Praça dos Andarilhos, em frente ao Instituto Mauá de Tecnologia, e ponto final na estação Tamanduateí do Metrô e da CPTM. Insere-se entre os municípios de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e São Paulo (Figura 8.3.2.4-1 – I a L).

Os resultados obtidos pelo levantamento *in situ* e de dados secundários para a ADA da Linha 18-Bronze estão dispostos na Tabela 8.3.2.4-1, e o tratamento destes dados é apresentado na sequência.

Tabela 8.3.2.4-1
Lista da avifauna registrada para a ADA

Táxon	Nome Popular	Trecho A Estr. Alvarengas/ Paço Mun. SBC	Trecho B Av. Lauro Gomes	Trecho C Inst. Mauá/ Est. Tamanduateí
ANSERIFORMES				
Anatidae				
<i>Dendrocygna viduata</i>	irerê	B		
CICONIIFORMES				
Ardeidae				
<i>Ardea alba</i>	garça-branca-grande		X	X
CATHARTIFORMES				
Cathartidae				
<i>Coragyps atratus</i>	urubu-de-cabeça-preta	X		X
FALCONIFORMES				
Falconidae				
<i>Falco sparverius</i>	quiriquiri		X	
CHARADRIIFORMES				
Charadriidae				
<i>Vanellus chilensis</i>	quero-quero		X	
COLUMBIFORMES				
Columbidae				
<i>Columbina talpacoti</i>	rolinha-caldo-de-feijão	X	X	X
<i>Columba livia</i> ^{exo}	pombo-doméstico	X	X	X
PSITTACIFORMES				
Psittacidae				
<i>Brotogeris tirica</i> ^{*end}	periquito-rico	X	X	X
CUCULIFORMES				
Cuculidae				
<i>Guira guira</i>	anu-branco	X		
STRIGIFORMES				
Tytonidae				
<i>Tyto alba</i>	coruja-da-igreja	B		
Strigidae				
<i>Athene cunicularia</i>	coruja-buraqueira		X	
APODIFORMES				
Apodidae				
<i>Streptoprocne zonaris</i>	andorinhão-de-coleira	B		

Táxon	Nome Popular	Trecho A Estr. Alvarengas/ Paço Mun. SBC	Trecho B Av. Lauro Gomes	Trecho C Inst. Mauá/ Est. Tamanduateí
<i>Chaetura meridionalis</i>	andorinhão-do-temporal	B		
Trochilidae				
<i>Eupetomena macroura</i> *	tesourão	X	X	X
<i>Chlorostilbon lucidus</i> *	besourinho-do-bico-vermelho	B		
<i>Amazilia láctea</i> *	beija-flor-de-peito-azul	B		
PASSERIFORMES				
Furnariidae				
<i>Furnarius rufus</i>	joão-de-barro	X	X	X
Tyrannidae				
<i>Machetornis rixosa</i>	suiriri-cavaleiro	X		
<i>Myiozetetes similis</i>	bem-te-vizinho-penacho-vermelho			X
<i>Pitangus sulphuratus</i>	bem-te-vi	X	X	X
<i>Megarynchus pitangua</i>	neinei	X		
<i>Tyrannus melancholicus</i>	suiriri	X	X	X
Hirundinidae				
<i>Pygochelidon cyanoleuca</i>	andorinha-pequena-de-casa	X		X
<i>Progne tapera</i>	andorinha-doméstica-grande	B		
Troglodytidae				
<i>Troglodytes musculus</i>	corruíra	X		
Turdidae				
<i>Turdus rufiventris</i>	sabiá-laranjeira	X	X	X
Mimidae				
<i>Mimus saturninus</i>	sabiá-do-campo	X	X	
Coerebidae				
<i>Coereba flaveola</i>	cambacica	X	X	X
Thraupidae				
<i>Thraupis sayaca</i>	sanhaço-cinzentos	X	X	X
Emberizidae				
<i>Zonotrichia capensis</i>	tico-tico	B		
Icteridae				
<i>Molothrus bonariensis</i>	chopim	B		
Estrildidae				
<i>Estrilda astrild</i> ^{exo}	bico-de-lacre	X		
Passeridae				
<i>Passer domesticus</i> ^{exo}	pardal	X	X	
Riqueza registrada por levantamento <i>in situ</i>		19	16	14
Riqueza registrada somente por levantamento bibliográfico		9		

Legenda: * = espécie que consta na lista de espécies ameaçadas de extinção da CITES – Apêndice II; **end**= espécie endêmica; **exo**= exótica; **X**= espécie registrada em levantamento *in situ*; **B**= espécie registrada somente por levantamento bibliográfico (Fonte: Matarazzo-Neuberger, 1992).

Foi registrado para a ADA um total de 33 espécies, em 24 famílias e 11 ordens. Entre estas, 24 espécies foram provenientes de levantamento *in situ* ao longo do traçado – o registro fotográfico de algumas espécies é apresentado na Figura 8.3.2.4-2. O levantamento de dados secundários revelou 19 espécies para o Paço Municipal de São Bernardo do Campo, na ADA do

empreendimento, e contribuiu com nove espécies não registradas *in situ* para a lista da ADA (Tabela 8.3.2.4-1).

Estas espécies, de dados secundários, são oriundas do trabalho de Matarazzo-Neuberger (1992). A autora realizou, entre 1982 a 1984, o levantamento da avifauna em sete locais – praças, paços municipais e um cemitério – nos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo. Foram registradas 42 espécies, sendo que 19 foram levantadas exclusivamente para a Praça do Cruzeiro (em Santo André), onde uma metodologia diferente foi utilizada, oferecendo alimentos para a atração das aves.

Das espécies registradas para a ADA, considerando somente os dados de levantamento *in situ*, 10 ocorreram em todas as áreas: *C. talpacoti*, *C. livia*, *B. tirica*, *E. macroura*, *F. rufus*, *P. sulphuratus*, *T. melancholicus*, *T. rufiventris*, *C. flaveola*, *T. sayaca*, sendo espécies reconhecidamente comuns para ambientes urbanos, especialmente na região da Grande São Paulo (DEVELEY & ENDRIGO, 2011). A rolinha-caldo-de feijão (*C. talpacoti*) e o bem-te-vi (*P. sulphuratus*), juntamente com a corruíra (*T. musculus*), foram registradas em todas as 22 cidades abrangidas pelo estudo de Franchin (2009).

Cinco espécies foram registradas exclusivamente no Trecho A: *G. guira*, *M. rixosa*, *M. pitangua*, *T. musculus*, *E. astrild*. Três espécies foram encontradas somente no Trecho B: *F. sparverius*, *V. chilensis* e *A. cunicularia*, sendo as últimas duas encontradas na área do piscinão Ribeirão dos Meninos, próximo à futura estação Fundação Santo André do empreendimento; e uma espécie ocorreu somente no Trecho C da ADA: *M. similis*. Porém todas estas espécies são também comuns aos ambientes urbanos, áreas abertas ou áreas arborizadas de jardins e parques urbanos, e tem provável ocorrência em toda a área do empreendimento e região.



A – *Columbina talpacoti*



B – *Brotoyeris tirica*



C – *Mimus saturninus*



D – *Coereba flaveola*



E – *Thraupis sayaca*



F – *Ardea alba*



G – *Falco sparverius*



H – *Athene cunicularia*

Fotos A até E – Trecho A; Fotos F até H – Trecho B.

Figura 8.3.2.4-2 – Espécies registradas no levantamento de avifauna na ADA da Linha 18-Bronze:

Entre as 24 famílias registradas, considerando o total de 33 espécies para ADA, 12 famílias são referentes à ordem dos Passeriformes e as outras 12 famílias referem-se ao grupo dos não Passeriformes, que inclui (neste estudo) outras 10 ordens, como Apodiformes, Columbiformes, Strigiformes, Falconiformes, entre outras (Figuras 8.3.2.4-3 e 8.3.2.4-4). Dentre os não Passeriformes foram registradas 16 espécies, enquanto que para os Passeriformes foram registradas 17 espécies, ressaltando a importância desta ordem.

As famílias mais representativas registradas para a ADA da Linha 18-Bronze foram Trochilidae, com 3 espécies, Apodidae e Columbidae, com 2 espécies cada (Figura 8.3.2.4-3, para as famílias não Passeriformes), Tyrannidae, com 5 espécies, e Hirundinidae, com 2 espécies (Figura 8.3.2.4-4, para os Passeriformes). A família com maior representatividade, portanto, foi Tyrannidae, o que é também observado por outros estudos de avifauna, seja em ambiente natural ou urbano (FRANCHIN, 2009).

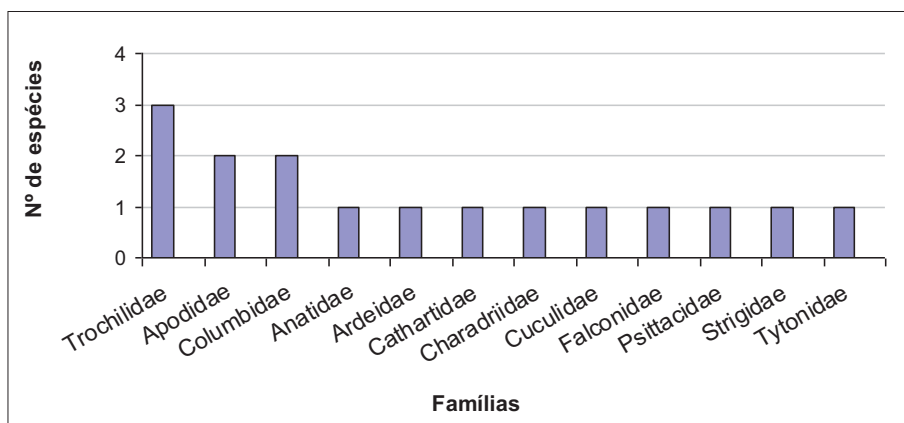


Figura 8.3.2.4-3 – Número de espécies por família entre os não Passeriformes.

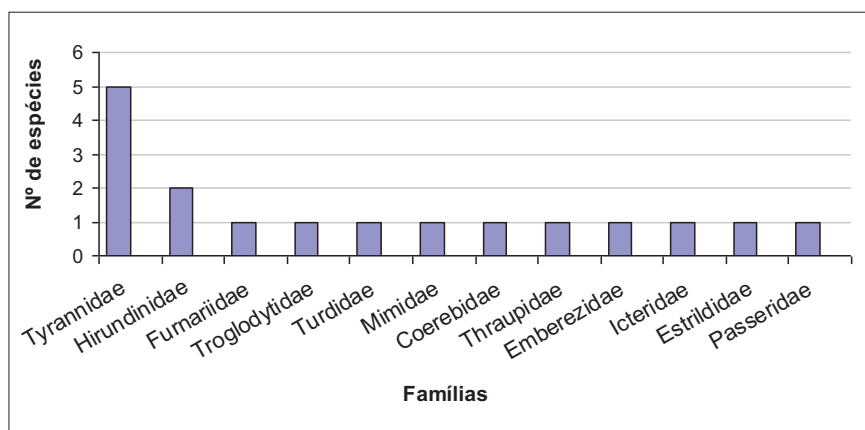


Figura 8.3.2.4-4 – Número de espécies por família entre os Passeriformes.

Quanto ao hábito alimentar (Figura 8.3.2.4-5), destacam-se as espécies predominantemente insetívoras, 12 espécies (37,5%). Na sequência observa-se o hábito onívoro, apresentado por seis espécies (18,8%), seguido do hábito granívoro ou herbívoro, com cinco espécies (15,6%). O hábito carnívoro e nectarívoro/insetívoro foram representados por quatro espécies cada, enquanto que somente uma espécie frugívora e uma necrófaga foram registradas.

O predomínio de espécies insetívoras e onívoras, nesta ordem, também foi verificado nos trabalhos de Matarazzo-Neuberger (1992 e 1995), ambos os estudos realizados com a avifauna dos municípios de São Bernardo do Campo e Santo André. Segundo Franchin (2009), as espécies insetívoras mais generalistas (insetívoros não especializados) podem ser beneficiadas pelo processo de urbanização, e as espécies onívoras também podem ser favorecidas pela disponibilidade de recursos em áreas urbanas.

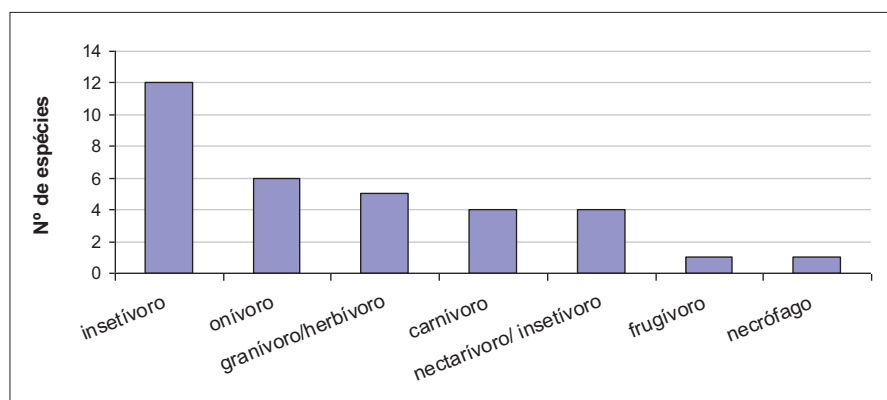


Figura 8.3.2.4-5 – Hábito alimentar (predominante) da avifauna registrada para a ADA da Linha 18-Bronze.

Uma forma de avaliar a avifauna registrada em relação à preservação do ambiente amostrado é a classificação proposta por Stotz *et al.*, 1996 para a sensibilidade das espécies às alterações de habitat. Esta classificação pode ser utilizada seguindo o conceito de que quanto maior o nível de sensibilidade das espécies, maior a probabilidade de seu desaparecimento em paisagens alteradas (ROMA, 2006).

Para este estudo, a grande maioria das espécies apresenta baixa sensibilidade a alterações antrópicas: 32 espécies ou 97% do total. Somente uma espécie (*A. cunicularia*, coruja-buraqueira) apresenta média sensibilidade, e nenhuma espécie de alta sensibilidade foi registrada (Figura 8.3.2.4-6) Este quadro encaixa-se dentro do esperado para estudos em meios urbanos, já que o processo de urbanização consiste em alterações do ambiente natural.

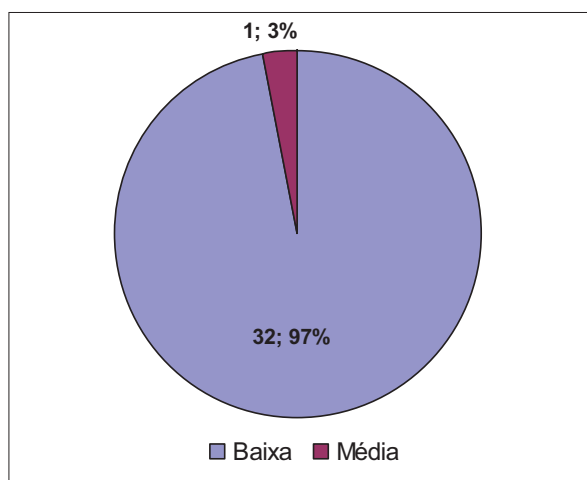


Figura 8.3.2.4-6– Sensibilidade às perturbações antrópicas (segundo Stotz et al, 1996) apresentada pela avifauna registrada para a ADA da Linha 18-Bronze.

Nenhuma espécie registrada para a ADA encontra-se ameaçada de extinção, segundo as listas estaduais, nacionais e globais (Decreto Estadual n. 53.494/2008; IN n. 003/2003; IUCN, 2011 e CITES, 2011 – apêndice I). Sete espécies, entre psitacídeos, troquilídeos, strigiformes e falconiformes, tem seu comércio controlado pelo apêndice II da CITES.

No cenário apresentado, dada à urbanização já consolidada na ADA e as características biológicas/ecológicas das espécies da avifauna registradas, que apresentam em sua maioria hábitos generalistas e/ou oportunistas, com hábito alimentar predominantemente insetívoro e onívoro, e baixa sensibilidade a alterações antrópicas, considera-se que o empreendimento proposto – Linha 18-Bronze – não irá causar impactos significativos e de alta relevância para a avifauna da ADA.

8.3.3) Unidades de Conservação, outras Áreas Protegidas e Áreas Prioritárias para Conservação

8.3.3.1) Informações Preliminares

O estabelecimento de áreas protegidas tem sido uma das mais importantes ferramentas para a conservação de alguns componentes da biodiversidade.

No Brasil, as primeiras medidas para a proteção da Mata Atlântica foram tomadas durante o período colonial. Na famosa Carta Régia de Portugal de 1797, a Coroa determinou, aparentemente sem nenhum resultado concreto, que fossem tomadas “todas as precauções para a conservação das mattas no estado do Brazil e evitar que ellas se arruinem e destruam” (Câmara, 2005).

A primeira área natural protegida no Brasil surgiu em 1898, quando uma pequena área em São Paulo com 1,74 km², foi estabelecida como Parque Estadual da Cidade. Quase 40 anos depois, instituiu-se o Primeiro Código Florestal em 1934, e em seguida, em 1937, foi criado o Parque Nacional do Itatiaia, e, em 1939, ocorreu a criação do Parque Nacional do Iguaçu. A proteção de áreas naturais então se acelerou, especialmente depois de 1961 (CÂMARA, 2005).

No ano de 1965 foi proposto o Novo Código Florestal (Lei n. 4.771/65). Neste novo texto é introduzida uma divisão conceitual de unidades que não permitem a exploração dos recursos naturais, como Parques Nacionais e Reservas Biológicas e unidades que permitem exploração, como Florestas Nacionais, Florestas Protetoras, Florestas Remanescentes, Reservas Florestais, entre outras.

Mesmo com a legislação inserindo novos conceitos, o Brasil ainda não possuía uma estratégia global para selecionar e planejar unidades de conservação. Em 1967 foi então criado o IBDF (Instituto Brasileiros de Desenvolvimento Florestal) e, posteriormente, em 1973, a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), que entre outras atividades, deveriam definir unidades de conservação.

No final de década de 70, por meio desses órgãos, é que foi apontada a necessidade do uso de critérios técnico-científicos na criação de unidades de conservação, na definição das categorias de uso e na regulamentação dos parques nacionais brasileiros com a preocupação de elaboração do plano de manejo. No início da década de 80, com as Leis Federais n. 6.931 e 6.938, são estabelecidas a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA). Com essas leis o Brasil passa a dar um tratamento unificado para a questão da qualidade ambiental do país.

Ao longo desta década ocorreram o desaparecimento de instituições e a publicação de algumas leis referentes às unidades de conservação, sendo que em 1989 é criado o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) que, juntamente com a FUNATURA (Fundação para a Conservação da Natureza), elabora a primeira proposta para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), sancionado na Lei n. 9.985 em 18 de junho de 2.000, após 11 anos de discussões e alterações, posteriormente regulamentadas pelo Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Em 2007, com a Lei federal n. 11.516, de 28 de agosto de 2007 é criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) especificamente para fazer a gestão e promover a conservação das áreas naturais protegidas.

No SNUC, Unidade de Conservação é definida como *“espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”* (Cap. I; art 2º/I). Essas unidades de conservação estão divididas em duas categorias de manejo:

- ✓ Unidade de Proteção Integral, objetivando *“preservar a natureza, sendo admitido apenas uso indireto dos seus recursos naturais”* (Cap.III; art.7º; §1º), podendo ser: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional (Estadual ou Natural Municipal); Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.
- ✓ Unidades de Uso Sustentável, objetivando *“compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais”* (Cap.III; art.7º; §2º), podendo ser: Áreas de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva da Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

De acordo com o SNUC as Unidades de Conservação devem apresentar uma zona de amortecimento (definida no plano de manejo) que é o entorno da UC onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Em caso de licenciamento a Resolução CONAMA n. 13/90 estabelece que em áreas circundantes às Unidades de Conservação (num raio de 10 km) qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental, visando à proteção dos ecossistemas ali existentes. No que tange a Resolução CONAMA n. 428/10 que revogou a CONAMA n. 13/90, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua zona de amortecimento (ZA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação. Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação desta Resolução, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no enunciado dessa legislação, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas.

Como mecanismo para auxiliar na criação, implantação e gestão de Unidades de Conservação, a Lei n. 9.985/2000, por meio do artigo 36, estabelece para o processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental a compensação ambiental com aplicação às unidades de conservação, conforme reprodução do artigo abaixo:

“Art. 36 - Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

(...)

§ 2º - Ao órgão ambiental licenciador compete definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o empreendedor, podendo inclusive ser contemplada a criação de novas unidades de conservação.

§ 3º - Quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento a que se refere o caput deste artigo só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada, mesmo que não pertencente ao Grupo de Proteção Integral, deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo.”

Vale destacar, ainda, no contexto discutido acima, a Resolução **CONAMA nº 428/2010**, que dispõe sobre a necessidade de regulamentar os procedimentos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental que afetem as Unidades de Conservação específicas ou suas zonas de amortecimento (*conforme tratado no artigo 36, § 3o, da Lei no 9.985/2000*), e que resolveu:

Art. 1º O licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental que possam afetar Unidade de Conservação (UC) específica ou sua zona de amortecimento (ZA), assim considerado pelo órgão ambiental licenciador, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), só poderá ser concedido após autorização do órgão responsável pela administração da UC ou, no caso das Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN), pelo órgão responsável pela sua criação.

§ 1º Para efeitos desta Resolução, entende-se por órgão responsável pela administração da UC, os órgãos executores do Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC, conforme definido no inciso III, art. 6o da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.

§ 2o Durante o prazo de 5 anos, contados a partir da publicação desta Resolução, o licenciamento de empreendimentos de significativo impacto ambiental, localizados numa faixa de 3 mil metros a

partir do limite da UC, cuja ZA não esteja estabelecida, sujeitar-se-á ao procedimento previsto no caput, com exceção de RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas. (grifo nosso)

(...)

Art. 8º Ficam revogadas as Resoluções Conama nos 10, de 14 de dezembro de 1988, 11, de 3 de dezembro de 1987, 12, de 14 de dezembro de 1988, 13, de 6 de dezembro de 1990; bem como o inciso II, do art. 2º e § 1º do art. 4º da Resolução Conama no 347, de 10 de setembro de 2004, e o parágrafo único do art. 3º da Resolução Conama no 378, de 19 de outubro de 2006.

Para sistematizar e regulamentar a aplicação da compensação ambiental para unidades de conservação o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, em 5 de abril de 2006, estabeleceu através da Resolução nº 371/06, as diretrizes gerais de orientação aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei do SNUC.

Em relação à compensação ambiental sobre as unidades de conservação, em nível federal, o **Decreto 6.848 de 14 de maio de 2009** altera e acrescenta dispositivos ao Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Este decreto estabelece uma base de cálculo para o valor da compensação. No Estado de São Paulo foi publicada em 27 de dezembro de 2006, como consequência da resolução CONAMA acima, a **Resolução SMA 56/06**, que estabelece a gradação de impacto ambiental para fins de cobrança de compensação ambiental decorrente de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental no Estado. O município de São Paulo possui, também, a **Portaria SVMA n. 44/2010** que determina as ações de compensação ambiental para a supressão de vegetação de empreendimentos sob licenciamentos realizados pelo município.

Considerando que as legislações supracitadas tratam de compensações diferentes (a da Federação e a do Estado referem-se à compensação às UCs e a do Município está associada à compensação em área urbana) este capítulo tratará tanto das unidades de compensação definidas no SNUC, quanto às demais áreas protegidas na AII.

8.3.3.2) Unidades de Conservação demais Áreas Protegidas (AII)

O levantamento das Unidades de Conservação incidentes na região de estudo foi realizado por meio de consultas à legislação e levantamento de dados bibliográficos. Vale destacar que no estado de São Paulo, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2000) produziu o “*Atlas das Unidades de Conservação Ambiental*”, abordando as unidades de conservação existentes no estado de São Paulo, documento esse considerado para a elaboração do presente item.

Para a confecção dos Mapas “*Unidades de Conservação e Outras Áreas Protegidas*” (**MB-ABC-03**) e “*Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade*” (**MB-ABC-04**) foram levantadas todas as UCs, zonas de amortecimentos ou áreas circundantes e outras áreas protegidas e áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade presentes nas Áreas de Influência do empreendimento (AII, AID e ADA). No caso de Unidade de Conservação que não apresenta zona de amortecimento estabelecida em plano de manejo, foi adotada uma faixa de 3 km a partir do limite da UC excluindo RPPNs, Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e Áreas Urbanas Consolidadas, conforme Resolução CONAMA n. 428/10, portanto, como o empreendimento e suas áreas de influência estão localizados totalmente em Área Urbana Consolidada, a faixa de 3 km para as UCs sem plano de manejo não foi contemplada neste estudo.

O Quadro 8.3.3.2-1, consolidado a seguir, mostra as Unidades de Conservação e demais áreas protegidas que de alguma forma mantêm relação espacial com os limites estabelecidos para a Área de Influência Indireta - AII da Linha 18 – Bronze.

Quadro 8.3.3.2-1

Unidades de Conservação, outras Áreas Protegidas e Áreas Prioritárias para Conservação

Unidade de Conservação	Diploma Legal	Área (ha)	Municípios	Área de Influência
Área de Proteção Especial (ASPE)				
Chácara da Baronesa	Resolução SMA de 11/03/87	34,0	Santo André/São Bernardo	All
Parque Estadual				
Fontes do Ipiranga	Decreto n. 43.342, de 22 de julho de 1998	550,0	São Paulo	Entorno Imediato da All
Área de Proteção Ambiental (APA)				
Haras São Bernardo	Lei Estadual n. 5.745, de 10 de julho de 1987	35,3	Santo André	All
Reserva da Biosfera				
Mata Atlântica	Lei n. 11.428, de 22 de dezembro de 2006		1000 municípios. Desde o Ceará até o Rio Grande do Sul	Zona de Amortecimento All e AID
Área de Proteção e Recuperação				
Mananciais do Reservatório Billings	Lei n. 13.579, de 13 de julho de 2009;		Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, São Paulo.	All e AID
Parque Natural Municipal				
Pedroso	Lei Municipal 7733/98	8.400,00	Santo André	Entorno Imediato da All
Área Prioritária para Conservação da Biodiversidade				
Billings-Guarapiranga		120.000,0	São Paulo	All

OBS: Principais características / funções, segundo a legislação vigente:

- **Reservas** Particulares: conservar a diversidade biológica;
- **Parques** (área natural, terrestre ou marinha): proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para a geração presente e futura; eliminar a exploração ou ocupação em desacordo com os objetivos da área; fornecer fundamento espiritual, científico, educacional e recreativo, com oportunidade de visitação, que devem ser ambiental e culturalmente compatíveis;
- **Área de Proteção Ambiental** – proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

Entretanto, do cenário mostrado acima (Quadro 8.3.3.2-1), destaca-se que apenas três unidades estão inseridas nas categorias definidas pelo SNUC; quais sejam:

- ✓ Parque Estadual Fontes do Ipiranga
- ✓ Área de Proteção Ambiental Haras São Bernardo
- ✓ Parque Natural Municipal Pedroso

➡ Unidades de Conservação e Proteção Integral

▪ Parque Estadual Fontes do Ipiranga

As nascentes do histórico riacho do Ipiranga estão protegidas dentro deste parque, que abriga ainda, nos seus 550 ha, o Parque Zoológico e o Jardim Botânico. A área do parque foi desapropriada no final do século passado para proteger matas e nascentes, e na sua maior parte, a vegetação é formada por floresta secundária nativa, com uma flora riquíssima - trepadeiras, bromélias, palmito, um bosque de pau-brasil - e animais como preguiças, bugios, gambás, tatus, ouriço-cacheiro, teiús, cobras e lagartos, além de aves associadas a ambientes aquáticos (garças, socós, frango d'água, irerê, carão, biguá, maguari, marreco-ananai), gaviões, e falcões, entre outras, e espécies ameaçadas de extinção, como o gavião-pega-macaco, o jacu e o pavó (www.ibot.sp.gov.br).

O Jardim Botânico, que ocupa grande área do parque, foi criado em 1938 para manter e estudar uma coleção de plantas da Mata Atlântica. Estão catalogadas cerca de 230 mil espécies para facilitar as pesquisas e a educação ambiental, e uma amostra delas pode ser vista no Museu aberto ao público. Também podem ser visitadas a estufa e os lagos de ninfeias, com flores coloridas que abrem ao meio-dia. O Instituto de Botânica, órgão da SMA, responsável pelo Parque é, também, o responsável técnico pela recuperação de áreas de vegetação degradada em território paulista. Desenvolve, ainda, projetos científicos sobre vários ecossistemas e estudos básicos de botânica. No seu orquidário científico abriga 17 mil exemplares dessa espécie, parte das quais é apresentada ao público em duas exposições anuais (www.ibot.sp.gov.br).

▪ Parque Natural Municipal Pedroso

É um dos maiores Parques do país que assume uma importância ainda maior por se tratar da Região Metropolitana de São Paulo, onde as pressões de ocupação urbana sobre as áreas verdes são intensas. O Parque, além de ser um exuberante espaço de lazer contemplativo, é também um instrumento de proteção dos mananciais e um contribuinte para o equilíbrio do microclima da região. Sua complexidade é tamanha que ultrapassa os limites do território municipal: sua fauna e flora têm conexão com toda a diversidade de espécies de vegetais e animais do Parque Estadual da Serra do Mar e recebe usuários de toda a região metropolitana (www.santoandre.sp.gov.br; www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/pdf/pedroso_internet.pdf).

➡ Unidades de Conservação e Proteção de Uso Sustentável

▪ Área de Proteção Ambiental Haras São Bernardo

A APA ocupa uma área em Santo André, com área de 35,30 ha, e situa-se próximo à divisa com São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo. Foi criada pela Lei Estadual n. 5.745, de 10 de julho de 1987 e refere-se a um antigo haras, conhecido pela população local como Chácara da Baronesa, formado por edificações e equipamentos de valor histórico, em meio à vegetação de eucaliptos e outras espécies arbóreas exóticas (www.ambiente.sp.gov.br).

➡ Outras Áreas Protegidas

- Área de Proteção e Recuperação de mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings

O reservatório foi criado em 1927 para fins de geração de energia elétrica. O crescimento populacional da região do ABC levou ao uso do reservatório também para abastecimento público. Em 1939 e 40, com o objetivo de otimizar o potencial hidrelétrico do reservatório foi feita a reversão do rio Pinheiros e Tiête para aumento de vazão e geração de energia na Usina Henry Borden, com enormes prejuízos para a “Ilhas de calor” baixa circulação do ar, ausência de arborização - menor evaporação extensas áreas impermeabilizadas: baixa recarga hídrica dos aquíferos e enchentes qualidade de água do reservatório.

A sub-região hidrográfica Billings-Tamanduateí, composta pelos municípios São Paulo, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, São Caetano do Sul, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, congrega cerca de 10% da população da RMSP, com um consumo médio per capita de 145 L/hab.dia.

Em 2.000/01 iniciou-se o processo de elaboração da minuta de lei específica para o reservatório no Subcomitê de Bacia Hidrográfica Billings-Tamanduateí, sendo utilizados os dados de diagnósticos, estudos e levantamentos técnicos realizados para o Reservatório Billings.

A delimitação da área de proteção e recuperação dos mananciais do Reservatório Billings, engloba total ou parcialmente os municípios de São Paulo, que atua na área por intermédio das subprefeituras de Capela do Socorro, Cidade Ademar e Parelheiros, Diadema, Santo André, São Bernardo do Campo, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra (SMA, 2010).

➡ Áreas Prioritárias para Conservação

- Área Prioritária para Conservação Billings-Guarapiranga

De importância e prioridade extremamente alta, concentra parte significativa dos remanescentes da região - inclui a APA municipal Capivari-monos - Área tombada da cratera da colônia e duas terras indígenas Guarani: Krukutu e Barragem. Nesta área ocorrem espécies endêmicas do Planalto Paulistano, como *Lytocaryum hoenei*, mais conhecida como palmeirinha-prateada (www.mma.gov.br).

Conforme exposto anteriormente foram elaborados os mapas “Unidades de Conservação e Outras Áreas Protegidas” (**MB-ABC-03**) e “Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade” (**MB-ABC-04**), conforme mostrados adiante, que apresentam a espacialização dessas Unidades de Conservação, devendo ser destacado que os limites estabelecidos para a ADA da Linha 18 – Bronze não interferem em nenhuma Unidade de Conservação.

Vale ser ressaltado, por fim, que no presente estudo foi elaborado para a AII o “Mapa das Áreas Prioritárias para Incremento da Conectividade e Criação de Unidades de Conservação na AII” - (**MB-ABC-05**), apresentado adiante, com base nos mapas desenvolvidos pelo Projeto Biota/FAPESP, para o estado de São Paulo.

Este mapa traz informações sobre as áreas indicadas para o incremento da conectividade na AII do empreendimento e quão fortemente indicadas elas são. Este dado é indicado pela cor que reflete o número de indicações dos grupos temáticos. Quanto maior este número (e mais escura a cor), maior a prioridade determinada pela sobreposição de informações dos oito grupos

temáticos estudados pelo Projeto Biota/FAPESP: criptógamas, fanerógamas, invertebrados, peixes, herpetofauna, aves, mamíferos e paisagem. Foram identificadas duas pequenas áreas (hachuradas) indicadas pelo Projeto Biota/FAPESP como fragmentos prioritários para a criação de unidade de conservação de proteção integral.

Por fim, fica ressaltado que para subsidiar a análise da Proposta de Compensação Ambiental (Lei n. 9.985/00, regulamentada pelo Decreto n. 4.340/02, alterado pelo Decreto n. 6.848, de 14 de maio de 2009) será apresentado, conforme estabelecido no Parecer Técnico CETESB n. 168/11/IE, em *encadernação à parte*, o correspondente “Plano de Compensação Ambiental”.

Inserir:

Mapa de Unidades de Conservação e Outras Áreas Protegidas” (MB-ABC-03)

Inserir:

Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade” (MB-ABC-04)

Inserir:

“Mapa das Áreas Prioritárias para Incremento da Conectividade e Criação de Unidades de Conservação na AII” - (MB-ABC-05)

8.4) Caracterização e Análise do Meio Socioeconômico

8.4.1) Reivindicações Sociais

Para viabilizar a implantação de uma nova linha de metrô em regiões urbanizadas e ocupadas, como nos municípios englobados por este empreendimento (porções territoriais de São Paulo, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André), haverá a necessidade do empreendedor promover desapropriações de alguns imóveis, de modo a permitir a abertura de frentes de obra e a execução das infraestruturas necessárias à implantação e operação da Linha 18 - Bronze.

Embora a implantação de uma nova linha seja aguardada com muita expectativa por grande parte da população, visto que a demanda por transporte público é grande na região metropolitana de São Paulo como um todo, além da demanda específica dos municípios abrangidos pelo traçado da Linha 18 – Bronze Trecho Tamanduateí/Alvarengas, porém sempre é necessário que se executem desapropriações, ainda que o Metrô adote a política de desapropriações mínima. Para esta situação são adotadas três linhas de ação: (i) uma, direcionada aos proprietários de imóveis que não residem nos mesmos; (ii) outra aos ocupantes proprietários; e (iii) uma direcionada aos inquilinos.

Com a finalidade de orientar os futuros deslocados pelas desapropriações necessárias para a construção da nova linha, o Metrô adota uma programação de visitas para serem realizadas após o ajuizamento do processo desapropriatório, com a finalidade de prestar informações e esclarecer dúvidas e reivindicações dos ocupantes destes imóveis.

A partir do início efetivo das obras, as ações de relacionamento e atendimento à população continuam a ser desenvolvidas, principalmente para a população do entorno dos canteiros, para a população em geral e, sobretudo, para aquela afetada mais diretamente pelos transtornos no trânsito e transportes. Da mesma forma, é feito acompanhamento periódico das residências das áreas lindeiras que apresentem problemas em função da obra, registrando as reclamações dos moradores e repassando-as aos departamentos técnicos competentes para serem tomadas as providências cabíveis.

O Metrô realiza diversas atividades com o objetivo de divulgar o novo empreendimento para a população em canais de mídia e são realizadas reuniões com a comunidade, atores públicos e privados para esclarecimentos sobre o projeto e suas características técnicas, locais e construtivas. É realizado o levantamento do perfil e cadastro das atividades econômicas e equipamentos urbanos nas adjacências da obra e o cadastramento das principais atividades econômicas e equipamentos urbanos instalados na área de influência direta do empreendimento, para que se estabeleça um canal de comunicação direto com este público.

São instalados postos de informação ao longo do traçado da linha em implantação com o objetivo de prestar atendimento direto ao público em geral, para esclarecimentos e informações sobre o projeto da linha e suas obras. Estes postos tem ainda a função de identificar o perfil do futuro usuário do trecho, auxiliando na composição de programas de comunicação específicos a cada segmento da população atendida pelo Metrô. O atendimento nos postos é realizado por monitores treinados, atendendo o público pessoalmente, por e-mail ou por telefone.

Um levantamento preliminar realizado, a partir de informações disponíveis junto às prefeituras dos municípios englobados por este empreendimento (Subprefeitura de Vila Prudente/Sapopemba, prefeitura de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e Santo André), além da secretaria de desenvolvimento social, demonstrou haver diversas associações de bairro compreendidas nas áreas de influência deste empreendimento, as quais poderão se

manifestar durante o processo de licenciamento e posteriormente durante a fase de implantação do mesmo.

Estas associações representam um universo atual, uma lista preliminar, no entanto, às mesmas poderão ser incorporadas novas entidades, associações ou pessoas isoladamente, na busca de informações acerca deste empreendimento.

A seguir, portanto, segue a relação de associações compreendidas nas áreas de influência deste empreendimento, focando-se aquelas que se encontram mais próximas do traçado previsto para esta Linha 18 - Bronze.

➤ **Associações de Bairro no Município de São Paulo**

- ✓ CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Vila Prudente / Sapopemba - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio - Comunidade Cantinho da Paz – CNPJ 58.916.685/0001-09
- ✓ UNAS - União de Núcleos, Associações e Sociedade de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio
Rua da Mina, 38 Sacomã – CNPJ 38.883.732/0001-40
- ✓ CRAS Vila Prudente / Sapopemba - Sociedade Amigos do Bairro do Conjunto Habitacional Jardim Sapopemba - Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio – CNPJ 52.806.585/0001-35

➤ **Associações de Bairro no município de São Caetano do Sul**

- ✓ Federação das Sociedades Amigos de Bairros de São Caetano do Sul
Rua Taipas, 619 - Bairro Barcelona
CEP: 09560-200 - Telefone: 4228-3137
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Olímpico
Av. Tijucussu, 444 - CEP: 09540-700
Telefone: 4978-1396 / 4227-1146
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro São José
Rua Padre Mororó, 376 - CEP: 09581-040
Telefone: 4238-9243
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Jardim São Caetano
Av. Libero Badaró, 555 - CEP: 09581-610
Telefone: 4238-8822
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Fundação
Rua Rio Branco, 451 - CEP: 09520-630
Telefone: 4221-9548
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Nova Gerti
Rua Visconde de Inhaúma, 793 - CEP: 09571-390
Telefone: 4238-2403 / 4231-2023

- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Santa Paula
Rua São Paulo, 1903 - CEP: 09541-100
Telefone: 4224-3324
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Cerâmica
Rua Espírito Santo, 1450 - CEP: 09530-701
Telefone: 4232-8530
- ✓ Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Mauá
Rua da Eternidade, 13 - CEP: 09580-530
Telefone: 4238-9671
- ✓ Legião Brasileira de Aposentados e Pensionistas de São Caetano do Sul
Rua Pará, 78 - Bairro Centro - CEP: 09510-130
Telefone: 4221-1220
- **Associações de Bairro no município de São Bernardo do Campo**
- ✓ Associação Beneficente Mãe Zezé
Rua Antonio Guerra, 02 - Ferrazópolis
- ✓ Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de SBC
Rua São Bernardo, 78 - Centro
- ✓ Vila Baeta Futebol Clube
Rua Dr. Baeta Neves, 59
- ✓ Associação de Moradores do Núcleo Nova Baeta
Rua Itapiruna, 17037
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Ferrazópolis
Rua Fernando Ferrari, 478
- ✓ Associação de Recuperadores Ambientais de SBC
Av. Vivaldi, 1421
- ✓ Sociedade Amigos de Bairro do Jardim Cruzeiro do Sul
Estrada dos Alvarenga, 9.551
- ✓ Sociedade Amigos do Bairro Jardim Laura e Parque Alvarenga
Rua Santa Cecília, 53.252
- ✓ Associação dos Moradores do Bairro Demarchi
Rua Maximiliano Demarchi, 303
- ✓ Associação Assistencial Carlos Henrique Thomaz
Rua Vitorio Medici, 77 Jardim - Via Anchieta
- ✓ Triângulo Esporte Clube
Rua Cristovão de Barros, 236 – Bairro Assunção.

➤ **Associações de Bairro no município de Santo André**

- ✓ Associação Beneficente Dinamus
Avenida Pereira Barreto, 2132 – CEP 09190-610 - Jardim do Pilar
- ✓ Instituição Assistencial Casa do Caminho Ananias
Rua Andorinha, 09 – CEP 09071-120 Jardim do Sol

Das instituições elencadas até o presente momento a única que se manifestou formalmente a respeito do empreendimento foi o Triângulo Esporte Clube, localizado em São Bernardo do Campo, que enviou o Ofício 002/2012 à Sra. Teresa Santos – Secretária Chefe de Gabinete solicitando uma audiência com o Prefeito Municipal, Luiz Marinho, para esclarecimentos a respeito da implantação do Terminal de Veículo Leve sobre Trilho na praça de esportes do clube, conforme apresentado na Figura 8.4.1-1. O clube esta instalado no bairro Assunção desde 11 de novembro de 1960, atualmente, de acordo com as informações disponibilizadas no site do clube, são sete categorias para a prática de futebol de campo, os quais disputam os campeonatos organizados pela Liga de Futebol e pela Secretaria de Esportes da Cidade de São Bernardo do Campo.

Além da identificação destas associações e instituições que são potenciais atores sociais na área de abrangência do empreendimento foram identificadas também as notícias veiculadas na mídia referentes à Linha 18 Bronze, conforme apresentadas nas Figuras 8.4.1-2 a 8.4.1-5.


Entre as notícias identificadas destaca-se a referente a 1º Conferência Regional de Mobilidade Urbana realizada no teatro Cacilda Becker em São Bernardo do Campo em 16/04/2012, com participação do gerente de Planejamento do Metrô, Sr. Alberto Epifani e do secretário de transportes de São Bernardo do Campo, Oscar Campos (ver Figura 8.4.1-2).

Outras duas notícias, uma veiculada no Jornal Folha de São Paulo e uma no Jornal ABCD Maior, ambas do dia 25/04/2012 e apresentadas respectivamente nas Figuras 8.4.1-3 e 8.4.1-5 referem-se ao investimento de recursos do PAC – 2, para a Linha 18 – Bronze.

Na Figura 8.4.1-4, é apresentada outra notícia do jornal Folha de São Paulo, do dia 26/04/2012, onde moradores de um condomínio em São Bernardo do Campo, estão solicitando maiores informações a respeito da localização da estação Baeta Neves, os moradores querem apresentar ao metrô uma sugestão para a implantação da referida estação.

ctw 308/12.

SCG/GP
 PROT. Nº 1368/12



Triângulo Esporte Clube

Nosso Lema: Ser Amigo; Ser Solidário; Ser Esportista!

Ofício Nº 002/2012 **São Bernardo do Campo, 18 de Abril de 2012.**

Assunto: Solicita Audiência

Ilma. Senhora
Secretaria Chefe de Gabinete
Teresa Santos


A ST/OSCAR
o Ofício 001/12
forneido
a voss em
3/2/12
por sentença
contatar
TERESA SANTOS
Secretaria Chefe de Gabinete
19/4


Tendo em vista a falta de resposta ao Ofício nº 001/2012 onde na oportunidade solicitamos audiência com Excelentíssimo Senhor Prefeito Luiz Marinho no intuito de obter esclarecimentos sobre a implantação do Terminal de Veículo Leve sobre Trilho em nossa praça de esportes.


Bem como, em reunião de Plenária do Orçamento Participativo realizada no dia 06 de março no Centro de Referência do Idoso o Excelentíssimo Senhor Prefeito se comprometeu em nos receber em audiência, portanto vimos mais uma vez reforçar nosso pedido para tal encontro.

Certo de podermos contar com a devida consideração.

Desde já nossos agradecimentos.


Divaldo Bizzoto
Presidente





Rua Cristovão de Barros nº 236 – CEP 09850-190 – B. Assunção – S. B.Campo – SP.

Figura 8.4.1-1 – Ofício Triângulo Esporte Clube.

16/04/2012 -
TRANSPORTE

CONFERÊNCIA DISCUTE MOBILIDADE URBANA EM SÃO BERNARDO

Por Rosângela Dias (rosangelad@abcmmaior.com.br)

Encontro foi realizado nesta segunda-feira (16/04) com presença de gerente de planejamento do metrô

A 1ª Conferência Regional de Mobilidade Urbana foi realizada na manhã desta segunda-feira (16/04) no Teatro Cacilda Becker, em São Bernardo. O evento teve a participação do Gerente de Planejamento do Metrô, Alberto Epifani, e do secretário de Transportes de São Bernardo, Oscar Campos.



Para Epifani, metrô ainda é melhor opção para usuário. Foto: Amanda Perobelli

O representante do Estado falou sobre as obras de expansão no transporte metropolitano e causou alvoroço ao elogiar o serviço prestado. "O metrô lota porque é bom, bonito e barato. Mesmo degradado do ponto de vista da lotação, ele ainda é atrativo até mesmo pela questão da velocidade", afirmou.

Sobre o projeto do Metrô Leve, que deve entrar em funcionamento do ABCD nos próximos anos, Epifani explicou que a opção de ligação com a estação Tamanduatei ao invés da estação Jabaquara vai proporcionar mais mobilidade ao usuário "Vimos que a maioria dos passageiros faz a conexão para a Paulista ou região central. Pela Tamanduatei tem a possibilidade de pegar a linha verde ou o Expresso ABC, quando entrar em operação, enquanto no Jabaquara teria de embarcar na linha azul". A previsão é que o primeiro trecho do Expresso ABC, que ligará Santo André à Luz, seja entregue em 2014.

Plano - Já secretário municipal explanou sobre o plano de transporte do município, que construiu 22,2 km de vias desde o início do governo. Campos enfatizou a falta de planejamento viário na cidade e falou da importância de ações como a construção do Metrô Leve para desafogar pontos críticos de São Bernardo. "Hoje o sistema viário que existente mal suporta os ônibus que passam por ele."

Apesar da ausência de representantes de outras cidades do ABCD, a deputada Ana do Carmo, que organizou a conferência, garantiu que outros encontros vão acontecer ao longo do ano. "Vamos realizar outras conferências para discutir essa questão do transporte, que é muito importante e complexa".

Também participaram do debate o diretor da empresa concessionária SBCTrans, Zeca Romano, e Ailton Braziliense da ANTP (Associação Nacional de Transporte Público).

Figura 8.4.1-2 – Notícia Jornal ABCD Maior – 16/04/2012.

FOLHA DE SÃO PAULO

QUARTA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2012 ★ ★ ★ cotidiano C7

200m



Usuários aguardam metrô da linha vermelha na estação S6

Em dia de aniversário, metrô tem falhas em duas linhas

COMUNICAÇÃO PARA A PELA

No dia em que fez 44 anos, o Metrô de São Paulo teve duas falhas que causaram superlotação nas plataformas. Das 6h12 às 6h45, os trens da linha 3-vermelha operaram com velocidade reduzida e maior tempo de parada, após um trem apresentar problemas de tração na estação Santa Cecília (centro de SP). Ele teve de ser rebocado.

A tarde, foi a vez da linha 4-amarela ter problemas em um trem perto da estação Fi-

ria Lima. As pessoas precisaram desembarcar e a composição foi recolhida. Os trens da linha — operada pela iniciativa privada — também tiveram a velocidade reduzida. No primeiro trimestre, o Metrô registrou 14 vezes, 56 são contabilizadas as que duraram cinco minutos ou mais.

Em entrevista ao "SPTV", da Rede Globo, o novo presidente do Metrô, Peter Walker, disse que as falhas não são causadas por falta de investimento, mas pela "superlotação" do sistema.

Monotrilho e corredores de SP vão receber verba do PAC 2

Linha 18-bronze, que ligará capital e ABC, é beneficiada por plano federal

R\$ 22 bilhões serão distribuídos entre cidades com mais de 700 mil habitantes; 4 delas ficam no Estado

ALVARO MONTEIRO

Parte do dinheiro anunciado ontem pelo governo federal para obras de mobilidade urbana será usada na construção do monotrilho entre São Paulo e o ABC e em corredores de ônibus da capital. Outros três projetos no Estado foram contemplados: os planos de mobilidade urbana das prefeituras de Campinas (a 93 km de SP) e Guarulhos e a ligação Leste-Oeste, de São Bernardo do Campo. A linha de monotrilho que receberá verba é a 18-bronze (São Paulo-ABC). Já entre os corredores, estão ligados o Capão Redondo/Campo Limpo/Vila Sônia, entre as zonas sul e oeste da cidade, e o Inajar de Souza, na zona norte.

VALORES

Segundo o Ministério das Cidades, os quatro municípios contemplados, entre eles a capital, terão R\$ 1 bilhão.

O Estado receberá R\$ 1,67 bilhão — o governador Geraldo Alckmin (PSDB) participou do evento em que a presidente Dilma Rousseff anunciou os investimentos em Brasília.

Serão R\$ 22 bilhões, destinados a cidades com mais de 700 mil habitantes. Esse valor será somado à contrapartida de Estados e municípios para a realização das obras, totalizando R\$ 32 bilhões.

O montante está previsto na segunda edição do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Dilma destacou a necessidade de construção de metrô, mas reconheceu a dificuldade em fazer as obras.

"Hoje, governadores enfrentam grandes dificuldades para construir [o metrô] com a cidade em funcionamento", disse a presidente na cerimônia, no Palácio do Planalto.

A expectativa do governo é que 53 milhões de brasileiros sejam beneficiados com as obras selecionadas.

O ministro Agnaldo Ribeiro (Cidades) disse que a questão da mobilidade é "um dos maiores problemas das grandes cidades brasileiras".

Diante de governadores e prefeitos, Dilma cobrou a necessidade de aliar as obras a modelos ambientalmente corretos, para "o desenvolvimento de cidades sustentáveis".

FOLHA.com

TEXTO

Hospital tem aborto de anencéfalo e grávida ocorre à Justiça

folha.com.br/100101010

Delegado é preso suspeito de sumir com dinheiro apreendido em Alagoas

folha.com.br/1000932

FACEBOOK

Curtir a página da Folha na rede social

facebook.com/folhaonline



3D
10X R\$ 149,90
sem juros no cartão ou à vista R\$ 1.499,00



NA COMPRA DESTA MICROCOMPUTADOR
GRÁTIS
ESTA MULTIFUNCIONAL



10X R\$ 59,90
sem juros no cartão ou à vista R\$ 599,00



10X R\$ 399,00
sem juros no cartão



FIA DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ



430 litros
Frost Free
1.199,00
ou 10X R\$ 119,90 sem juros no cartão



403 litros
Frost Free
1.199,00
ou 10X R\$ 119,90 sem juros no cartão



430 litros
Frost Free
1.199,00
ou 10X R\$ 119,90 sem juros no cartão



403 litros
Frost Free
1.199,00
ou 10X R\$ 119,90 sem juros no cartão



30 litros
GRILL
199,90
sem juros no cartão ou à vista R\$ 1.999,00



30 litros
GRILL
199,90
sem juros no cartão ou à vista R\$ 1.999,00



30 litros
GRILL
199,90
sem juros no cartão ou à vista R\$ 1.999,00



30 litros
GRILL
199,90
sem juros no cartão ou à vista R\$ 1.999,00

Figura 8.4.1-3 – Notícia Jornal Folha de São Paulo – 25/04/2012.

FOLHA DE SÃO PAULO

QUINTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2012 ★ ★ ★ **cotidiano C7**

A LINHA 18-BRONZE

Novo trecho do metrô vai até São Bernardo do Campo



PROJETO PRELIMINAR PARA A ESTAÇÃO BASTA NEVES

Prédio tenta 'empurrar' monotrilho para longe

Estação está planejada sobre condomínio novo



EDUARDO GIBRAN DE SAO PAULO

Moradores recém-instalados num condomínio em São Bernardo do Campo ficaram inquietos ao descobrirem o plano de construção da linha do monotrilho que ligaria a capital à cidade do Grande ABC.

De acordo com plantas preliminares da linha 18-bronze (São Paulo-ABC), a estação Basta Neves, no centro da cidade, está desenhada exatamente no local onde uma das torres de 28 andares e 112 apartamentos do empreendimento está localizada. O prédio foi entregue aos proprietários em janeiro deste ano.

No mapa, o local do prédio, parte de um condomínio com outras sete torres, aparece como área a ser desapropriada.

Seus apartamentos valem hoje cerca de R\$ 500 mil.

Nem a construtora nem os órgãos públicos nos informaram sobre isso. Ficamos sabendo em fevereiro, quando começamos a pesquisar a história do monotrilho", diz Felipe Nylney, proprietário de um apartamento no prédio.

A Folha, o Metrô disse na noite de ontem, por meio de nota, que é cedo para falar em desapropriação, mas que não será preciso retirar a torre.

A empresa estatal afirmou que as plantas às quais os moradores tiveram acesso mostram só diretrizes do projeto.

A construtora não explicou, porém, o motivo de, na planta, a estação ter sido projetada no local do prédio, o que deixou os moradores apreensivos nos últimos meses.

BABULHO

Memo com a desapropriação descartada, os moradores continuam preocupados com o trajeto do projeto. Como o monotrilho e a estação ficariam perto do condomínio, aspectos como segurança e barulho já são questionados.

A estação Basta Neves está prevista para ficar na avenida Aldeia Pinotti, perto do shopping Metrópolis do Pequeno Municipal. Trata-se de uma região da cidade do ABC em fase de ocupação — existem dezenas de torres em diferentes fases de construção.

A proposta que os moradores pretendem fazer é a de que a rede passe a 300 metros da li, e de que a estação fique na avenida Pereira Barreto.

Segundo eles, a área sugere uma vocação comercial, o que facilitaria a integração com a rede de ônibus.

"É bom que fique claro que não somos contra o monotrilho. Mas somos a favor de que ele passe em uma área que, inclusive, será mais útil para as pessoas", diz Nylney.

Embora exista há anos, a ideia de um monotrilho na região começou a tomar corpo em fevereiro, com a divulgação do edital — foi quando as áreas das estações ficaram conhecidas publicamente.

Toda a linha, que agora conta com o dinheiro do PAC 2, terá 18 estações e 20 km de extensão, e vai ligar a região da Vila Prudente, na zona leste de São Paulo, ao ABC.

A demanda inicial estimada para 2015, quando está prevista a entrega da primeira fase da obra, é de 304,6 mil passageiros por dia.



NA COMPRA DESTA BLU-RAY GRÁTIS 3 MÍDIAS

349,00 sem juros no cartão

NOTEBOOK 3D

59,90 sem juros no cartão ou a vista R\$ 599,00 (cada)

1 ÓCULO 3D GRÁTIS

POSITIVO

159,90 sem juros no cartão ou a vista R\$ 1.599,00

DEDICAÇÃO TOTAL A VOCÊ

430 litros Frost Free

1.199,00 sem juros no cartão

30 litros GRILL

1.999,00 sem juros no cartão

Electrolux

239,90 sem juros no cartão ou a vista R\$ 2.399,00

Meu Bahianinho

Baixe o aplicativo gratuito no seu smartphone ou tablet e divirta-se com atividades surpreendentes!

Figura 8.4.1-4 – Notícia Jornal Folha de São Paulo – 26/04/2012.

25/04/2012- TRANSPORTE PAC
MOBILIDADE

Monotrilho da Região terá R\$ 1,7 bilhão em recursos federais

Por: Redação com agências (pauta@abcdmaior.com.br)

PAC da Mobilidade também financiará corredor de ônibus em São Bernardo

A Linha 18-Bronze do Metrô de São Paulo, que atenderá moradores de São Bernardo, São Caetano e Santo André, terá quase metade do seu custo bancada com recursos do governo federal. A presidente Dilma Rousseff anunciou nesta terça-feira (24/04) os investimentos de R\$ 1,7 bilhão, valor incluído no programa PAC Mobilidade Urbana Grande Cidades.

A obra está estimada em R\$ 4 bilhões. O monotrilho terá 19 quilômetros, 20 estações e capacidade de transportar aproximadamente 270 mil passageiros por dia. A primeira fase do monotrilho Tamanduateí-São Bernardo deve entrar em operação em 2015.

O foco do PAC Mobilidade Urbana é o transporte de média e de alta capacidade. Está prevista construção de 600 km de corredores de ônibus, 380 estações e terminais, 200 km de linhas de metrô e compra de mais de mil veículos sobre trilhos em cidades com mais de 700 mil habitantes de 18 estados. Os empreendimentos vão beneficiar, segundo o Ministério das Cidades, 53 milhões de pessoas.

O projeto do monotrilho está dividido em duas fases:

Fase 1: Tamanduateí – Paço de São Bernardo
Com extensão de 14 km, é composta por 12 estações (Tamanduateí, Goiás, Espaço Cerâmica, Estrada das Lágrimas, Praça Regina Matielo, Rudge Ramos-Instituto Mauá, Afonsina, Fundação Santo André, Winston Churchill, Senador Vergueiro, Baeta Neves e Paço Municipal) e pelo Pátio Tamanduateí para manutenção e estacionamento de trens.

A diretriz de traçado da Linha 18 – Tamanduateí – SBC (Alvarenga), inicia na Estação Tamanduateí, no Município de São Paulo, seguindo em direção ao eixo da Av. Guido Aliberti, servindo nessa avenida aos municípios de São Paulo e São Caetano. Na transição da Av. Guido Aliberti para a Av. Lauro Gomes, a diretriz de traçado passa a atender aos municípios de São Bernardo e Santo André, até a região do Paço Municipal de São Bernardo. Operação prevista para 2015.

Fase 2: Paço Municipal – Estrada dos Alvarengas
Com extensão de 6 km, é composta por seis estações (Djalma Dutra, Praça Lauro Gomes, Ferrazópolis, Café Filho, Capitão Casa e Estrada dos Alvarengas) e pelo Pátio Alvarengas para estacionamento de trens. Nessa fase a diretriz de traçado se desenvolve dentro do Município de São Bernardo, partindo do Paço Municipal e seguindo pelo eixo da Av. Faria Lima até as proximidades do Terminal Ferrazópolis da EMTU/SP, onde inicia deflexão à direita, passando sobre a Via Anchieta e buscando o eixo da Av. Café Filho, em direção à Estação Estrada dos Alvarengas, próximo à Faculdade de Engenharia Industrial – FEI. Operação prevista para 2016

Corredor de ônibus também terá verba

O prefeito de São Bernardo, Luiz Marinho, também garantiu R\$ 247 milhões do PAC Mobilidade Grandes Cidades para a construção de um corredor de ônibus para cortar a cidade.

O corredor Leste/Oeste ligará a Praça dos Bombeiros, região leste da cidade, com a Rodovia dos Imigrantes, no extremo oeste do município. Terá faixas exclusivas para circulação de ônibus e pontos de parada acessíveis, com plataformas elevadas e informações aos usuários.

Com 20 quilômetros de extensão, o corredor passará pelas avenidas Francisco Prestes Maia, José Odorizzi e Samuel Aizemberg, que precisará ser duplicada, além da construção de quatro viadutos: um sobre a Praça dos Bombeiros, outro sobre a Rodovia Anchieta, duplicando a capacidade do viaduto Tereza Delta, o terceiro sobre a Av. Robert Kennedy e o último sobre a Av. Humberto de Alencar Castelo Branco.

De acordo com o secretário de Transportes e Vias Públicas de São Bernardo, Oscar Silveira Campos, o corredor será uma via de entrada para a cidade, ligando o Centro com a Imigrantes. Atualmente, quem está na rodovia e quer vir a São Bernardo, tem que sair pelo bairro Batistini e pegar a Estrada Galvão Bueno, que é uma via muito extensa.

“Com o corredor, iremos desafogar a Lucas Nogueira Garcez, Faria Lima e Paço Municipal. Será uma faixa expressa que beneficiará principalmente a população dos bairros Montanhão, Ferrazópolis, Cooperativa e Alvarenga”, esclareceu. A intenção é que as obras tenham início em 2013 e a previsão é que estejam concluídas em 30 meses.

Figura 8.4.1-5 – Notícia divulgada no Jornal ABCD Maior – 25/04/2012.